

A organização dos espaços e mobiliários nas creches em Curitiba/PR – 1975 a 1986

Resumo

O presente artigo pretende apresentar e discutir a organização de espaços e mobiliários propostos, prescritos e efetivados para crianças de zero a seis anos que frequentavam as creches em Curitiba no período entre 1975 e 1986. Durante este período, ocorreu a organização da rede de creches públicas na cidade. A discussão coteja o que os órgãos normativos – Ministério da Saúde e Ministério da Educação – previam para esta organização de creches, assim como demonstra de que forma a prefeitura de Curitiba se apropriou destas normas. Mostra também as estratégias municipais de escolha de espaços e mobiliários para o atendimento público a essa faixa etária.

Palavras-chave: Creche. Crianças. Espaços. Mobiliário. Prefeitura de Curitiba.

Elisângela largas luzviak Mantagute

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professora do curso de Pedagogia da Faculdade Educacional Araucária - FACEAR.
elisangelamantagute@yahoo.com.br

Para citar este artigo:

MANTAGUTE, Elisângela largas luzviak A organização dos espaços e mobiliários nas creches em Curitiba/PR – 1975 a 1986. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 14, n. 26, jan./jun. 2013. p. 11 – 41.

DOI: 10.5965/198472381426201311

<http://dx.doi.org/10.5965/198472381426201311>

Spaces and the organization of securities in day care in Curitiba/PR – 1975 to 1986

Abstract

The present article intends to present and discuss the organization of spaces and furnishings proposed and effected prescribed for children 0 to 6 years attending daycare centers in Curitiba in the period between 1975 to 1986. During this period was the organization of the network of public centers in the city. The discussion which collates the regulatory agencies – Ministry of Health and Ministry of Education – predicted for this organization daycare, as well as demonstrates how the Municipality of Curitiba has appropriated these standards. It also shows the municipal strategies of choice of spaces and furnishings for the public service to this age group.

Keywords: Day care center. Children. Spaces. Furniture. Municipality of Curitiba.

Introdução

A organização da rede de creches públicas em Curitiba teve início no ano de 1975, com a inauguração das quatro primeiras na cidade. A prefeitura, na década de 1970, iniciou a organização de seu planejamento urbano e, por meio do Plano de Desfavelamento (Ippuc, 1978), traçou as diretrizes para o processo de urbanização da

cidade, de organização dos bairros e de retirada das favelas de perto do centro (reorganizando-as em locais periféricos por meio de conjuntos habitacionais). Neste contexto, a população, organizada em movimentos sociais, passou a exigir uma infraestrutura para estes locais e, dentre suas reivindicações, constava a solicitação de creches. O cenário de urbanização e movimentos sociais previu a implantação das creches públicas na cidade e o início de uma estrutura para atendimento às crianças de zero a seis anos. Busco aqui analisar quais foram as opções de espaços e mobiliários prescritos para as crianças, pois tais elementos constituem a materialidade destas instituições e retratam de que forma lhes foi prestado atendimento na cidade e no recorte temporal referido.

Sobre a importância da materialidade, para a compreensão da instituição educativa, Peres e Souza afirmam:

[...] ela deixa entrever projetos pedagógicos de escolarização da infância, racionalidades pedagógicas, representações de escola; métodos de ensino, dispositivos educativos; intenções educacionais, dentre outros aspectos [...] não é possível pensar a escola, seus saberes e práticas, descoladas de sua dimensão material (2011, p. 54 e 55).

Opções de espaços para as crianças de zero a seis anos em creches

Para compreender de que forma os espaços¹ nas creches destinadas ao atendimento das crianças de zero a seis anos contribuiriam para a efetivação de uma representação de infância, cabe analisar a lista de espaços propostos para as creches oficiais de Curitiba, no documento intitulado *Unidades de atendimento infantil: algumas alternativas* (1979), conforme lista abaixo :

- 1 sala para administração e secretaria
- 1 sala de espera
- 1 banheiro feminino adulto
- 1 banheiro masculino adulto

¹ Para consultas a trabalhos que abordam a questão do espaço como ferramenta para o entendimento da proposta educacional presente em instituições educativas, consultar: LIMA, M. S. *A cidade e a criança*. São Paulo: Noel, 1989. LIMA, M. S. *Arquitetura e educação*. São Paulo: Studio Nobel, 1995. ALVES, N. *O espaço escolar e suas marcas – o espaço como dimensão material do currículo*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998. BUFFA, E; PINTO, G. A. *Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893 – 1971*. São Carlos: Brasília: EduFScar, IEP, 2002.

1 sala para a faixa de 3 meses a 1 ½ anos
 1 banheiro para a faixa de 3 meses a 1 ½ anos
 1 sala para a faixa de 1 ½ à 3 anos
 1 sala para a faixa de 3 a 4 ½ anos
 1 sala para a faixa de 4 ½ a 6 anos
 1 banheiro para a faixa de 1 ½ a 6 anos
 1 cozinha
 1 despensa
 1 área de serviço
 1 área coberta e solário
 área livre
 (IPPUC, 1979b, sem paginação)

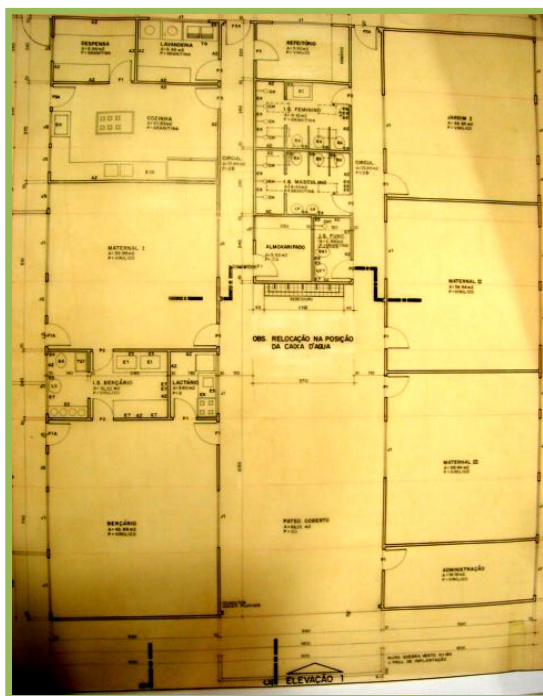
A respeito da listagem, lembramos o que Souza (2004, p. 168) escreve: “Entende-se a mobília, os espaços, os utensílios do ensino [...] como representações de uma cultura escolar, instrumentos de leitura de uma forma escolar, elementos configuradores de uma instituição social determinada”.

Neste sentido, os espaços prescritos (espaços coletivos) oferecem uma representação da criança embutida na proposta das creches públicas para Curitiba. Pode-se inferir que esta criança já estaria inserida em um determinado espaço da instituição, de acordo com a sua faixa etária.

Outra análise possível é a de que haveria momentos em que as crianças estariam dentro das salas, mas, em outros, que ficariam fora dela, já que há indicação de área livre na proposta de creches.

A partir da lista, há ainda a possibilidade de dividi-la em três blocos: área administrativa (sala para administração e secretaria e sala de espera); área de organização cotidiana da instituição (cozinha, despensa e área de serviço); e área destinada às crianças (sala para a faixa de 3 meses a 1½ anos, banheiro para a faixa de 3 meses a 1½ ano, sala para a faixa de 1½ a 3 anos, sala para a faixa de 3 a 4½ anos, sala para a faixa de 4½ a 6 anos, banheiro para a faixa de 1½ a 6 anos, área coberta e solário e área livre).

Abaixo, a planta baixa da Creche São Carlos, inaugurada em 1980, com uma área construída de 494,46 m².



Fotografia 1 - Planta baixa da Creche São Carlos

Fonte: IPPUC, planta pe 131.1a/1

Analisando a planta, verifica-se que a sala destinada à administração se situa logo na entrada da creche; ao lado dela, encontra-se a sala do Maternal III; a seguir, a sala do Maternal II e, posteriormente, a sala destinada ao Jardim II.

Entre as salas, ao fundo do pátio coberto, há as dependências reservadas aos sanitários (feminino e masculino), uma sala destinada ao almoxarifado e outra, ao refeitório. No canto superior esquerdo, salas para a despensa, lavanderia e cozinha. Ao lado da cozinha está uma sala destinada ao Maternal I; logo abaixo, as dependências destinadas ao trocador do berçário e lactário e, por último, a sala destinada ao berçário. O corredor, no centro da instituição, é considerado como pátio coberto, local onde as crianças poderiam ficar nos momentos de atividades fora de sala.

De acordo com Viñao (2005, p. 24), pode-se considerar, analisando a localização e a disposição da sala da administração, que há uma *concepção minimizadora da direção* na construção das creches, pois: “[...] há a reserva de um espaço específico de reduzidas dimensões, equiparável, por seu tamanho, localização, acessibilidade e disposição interna, ao de uma portaria ou oficina administrativa”.

Considerando a prescrição relativa à área administrativa, nota-se preocupação com a parte burocrática da instituição, sendo suas salas destinadas, possivelmente, a entrevistas e a atendimentos às famílias das crianças. Tal afirmação é possível tendo em vista que eram realizadas entrevistas com as famílias, conforme demonstrado nos fragmentos do documento *Aspectos sociais do plano de desfavelamento de Curitiba*:

Antecede ao ingresso das crianças no setor de atendimento infantil uma entrevista dos pais ou responsáveis com a equipe de Serviço Social para a comprovação da real necessidade da colocação da criança na creche [...]. O Serviço Social realiza, junto aos pais e responsáveis pelas crianças colocadas na creche, todo um trabalho, quer por meio de entrevistas individuais ou reuniões de grupo, com o objetivo de garantir a continuidade, na família, do trabalho sócio-educativo realizado no Centro (IPPUC, 1978, s. p.).

As entrevistas, segundo as fontes consultadas, serviam de mecanismo de controle e seleção para definir quais crianças seriam atendidas. Eram utilizadas, também, para garantir que as questões trabalhadas com as crianças na creche teriam continuidade em suas famílias. Percebe-se aí que a PMC trabalhava com a ideia de incapacidade da família, procurando ensinar-lhes, por meio das crianças, *novas posturas* para uma vivência *urbana* na cidade.

Esta organização, no que diz respeito ao tamanho das instituições, ao número de salas e demais dependências das creches, não é explicada nem catalogada em nenhum documento consultado.

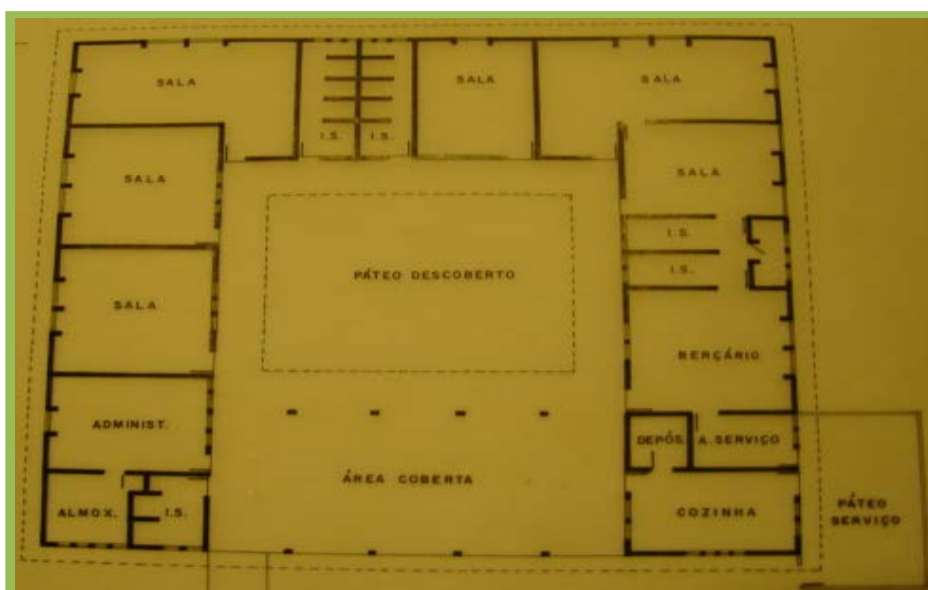
No que tange ao processo de elaboração dos projetos de construção das creches e em quais referenciais se basearam, não há registro dos arquitetos responsáveis pelas edificações das instituições do período estudado.

O departamento responsável pelo planejamento destas construções e elaboração de plantas era o IPPUC; no entanto, estas plantas e projetos de construção não foram catalogados, impedindo uma pesquisa aprofundada em relação aos trabalhos desenvolvidos neste período.

Assim como não constam os nomes dos arquitetos, a informação disponível é que as plantas são de responsabilidade do órgão de planejamento urbano (IPPUC). A guarda

não estava sob controle da PMC, afirmação presumível pelo fato de algumas das plantas das creches estudadas não serem localizadas no acervo do IPPUC².

As creches públicas da PMC tinham plantas diferentes, como foi possível analisar e verificar nas que o órgão havia oportunizado para consulta em função da pesquisa. No entanto, verifica-se, algumas vezes, o uso de uma mesma planta para diferentes instituições, como se pode conferir pela planta abaixo:



Fotografia 2 - Planta baixa das creches Coqueiros e Vila Vitória

Fonte: IPPUC, planta pe 018.1/1.

A planta apresenta a organização espacial das salas das creches Coqueiros e Vila Vitória, de mesmo projeto arquitetônico, com área construída de 482,29 m². Nesta planta, as salas não estão demarcadas pelas turmas que atenderiam; isto ocorre apenas para a sala do berçário, possivelmente pela proximidade com as dependências sanitárias e a cozinha.

Observa-se, também, que a área administrativa se situa logo na entrada da creche e que da sala da administração o administrador teria uma visão geral da creche, como ocorre na planta da Creche São Carlos, anteriormente apresentada.

²O processo de consulta ao acervo de plantas das edificações públicas de Curitiba, assim como aos materiais que pertencem à biblioteca (documentos e registros de projetos e propostas oficiais da PMC), pode ser realizado com ofício de solicitação e pré-agendamento de horário na sede do IPPUC, localizado à rua Bom Jesus, 669, bairro Cabral – Curitiba/PR.

A partir dessa verificação, pode-se inferir que a localização da sala da administração nestas creches era estratégica, tendo em vista que, assim, a diretoria da instituição poderia observar o atendimento às crianças em todas as salas, assim como as atividades da cozinha e dos serviços gerais.

Como a PMC não possui registro iconográfico das creches deste período, não é possível visualizar de que maneira elas foram situadas nos lugares em que foram construídas.

Dentro da organização espacial da unidade, a área destinada à organização cotidiana da instituição consistia em cozinha, despensa e área de serviço. Na cozinha eram preparadas as refeições das crianças (três ao dia, segundo o documento *Unidades de atendimento infantil: algumas alternativas*); a área de serviço destinava-se à lavagem de roupas, já que as crianças frequentavam a instituição em período integral.

Tais lugares de organização do cotidiano sugerem que a criança atendida na creche necessitava de cuidados do poder público para que pudesse desenvolver-se fisicamente no que diz respeito à alimentação e à manutenção da higiene.

As áreas reservadas ao atendimento às crianças indicam os lugares destinados a elas, ou seja, salas e dois ambientes – área livre (externa e interna) e solário³. Tais ambientes representam uma provável concepção da PMC: crianças pequenas não precisariam de muito espaço e, além disso, indicam outra problemática: se o espaço é destinado a crianças carentes, é delineado também um espaço carente de atrativos e diferenciais.

Nas imagens coletadas, observam-se poucos brinquedos e espaços pensados para brincar. Havia, porém, na maioria das creches, muito espaço verde livre, o que pode ser olhado de uma maneira positiva, partindo do princípio de que a criança tinha acesso ao espaço natural dentro da instituição pública.

Abaixo, fachada e espaço externo da creche Santa Quitéria.

³ Espaço rodeado por muro, sem cobertura, destinado ao banho de sol para as crianças de 3 meses a 1½ ano.



Fotografia 3 - Crianças brincando no espaço externo da creche Santa Quitéria

Fonte: Jornal Tribuna do Paraná, 10/06/1981.

A imagem mostra algumas crianças olhando para a câmera, posando para a fotografia; na parede, vê-se recostada a figura de um adulto, possivelmente uma educadora. As crianças brincam em grupos e a educadora os assiste.

Sobre a importância das relações da criança com o espaço, comungo de mesma opinião que Lima (1989, p. 13), quando afirma que é no espaço físico que a criança estabelece a relação com o mundo e com as pessoas. Esta destinação qualifica o espaço, que deixa de ser puramente material ou organizado, para se embeber da atmosfera que as relações ajudam a estabelecer.

Neste espaço ao ar livre pode-se sugerir que as crianças estabelecem relações de amizade umas com as outras, haja vista a roda de brincadeira, da qual o adulto não parece participar. A relação é do espaço com as crianças e vice-versa; a imagem sugere que o possível educador não comunga desta relação de aparente afetividade e alegria.

Na proposição da PMC para as creches, prescrevia-se um espaço coberto, no qual a criança poderia exercer seu direito à brincadeira livre nos dias em que as intempéries temporais não permitissem a sua ida ao espaço externo da creche. Este espaço também

contribuía com mais um elemento positivo: havia, além da sala, outro lugar a acomodar as crianças.

Neste espaço, também poderia haver uma terceira vantagem, no que diz respeito à organização das crianças: nele não se consideraria somente a faixa etária; ter-se-iam em conta também os interesses em comum por diferentes tipos de brincadeiras.

Levando-se em consideração estas orientações na organização dos espaços das creches, observa-se que eram projetadas em função de um tipo de infância e de uma perspectiva de uso preestabelecida a partir daquilo que lhe era oferecido. Assim interpreta Viñao Frago: “Neste sentido, o espaço escolar seria um lugar que deveria ser demarcado como tal e a fragmentar-se internamente em uma variedade de usos e funções de natureza produtiva, simbólica e disciplinadora” (1993-4, p. 25).

Nesta seara, o movimento social que reivindicava as creches em Curitiba também trazia em sua pauta questões relacionadas ao espaço físico. O Jornal Estado do Paraná (1983), em relação às edificações das creches, expunha uma exigência de parte da população através de um movimento: “[...] a reivindicação do Movimento de Creches é de que haja horta comunitária, material didático, brinquedos e parquinho”.

Foi verificado, na consulta às referências sobre organização de creches existentes no período estudado, que a proposição dos espaços feita à PMC é próxima da prescrição consultada no livro *Comunidade infantil: creche*, no qual o autor elege os espaços abaixo descritos como importantes para o funcionamento de uma unidade de atendimento infantil:

[...] sala de recepção, sala de espera, sala para crianças até 12 meses, sala para crianças de 1 a 2 anos de idade, banheiro para crianças de até 2 anos de idade, sala para crianças de 2 a 4 anos, sala para crianças de 5 a 6 anos, banheiro para crianças de 2 a 6 anos, sala de atendimento a saúde com banheiro anexo, sala para amamentação, lactário, cozinha, despensa, copa, lavanderia, rouparia, vestiário feminino, parque e solário (AUGUSTO, 1985, p. 24-32).

Os espaços reivindicados e adotados pela PMC no processo educativo de cuidado a crianças em creches públicas indicam a precariedade das possibilidades a elas ofertadas,

tendo em vista que são propostas apenas salas e áreas livres. Kuhlmann Jr. fala sobre a precariedade do atendimento em creches:

Desde o início, elas [as creches] foram pensadas como instituições educacionais. No entanto, para as classes populares, para as crianças pobres, reiteradamente se pensou uma educação pobre para os pobres, uma educação de baixa qualidade para os pobres. Aí poderíamos qualificar esta educação como assistencialista, no sentido de revelar um preconceito com a pobreza. No momento de atender a criança pobre já se quer economizar muito mais (2007b, p. 3).

Com relação ao espaço e ao que ele representa sobre o atendimento oferecido em instituições educativas, Viñao Frago esclarece que “há ordenações do espaço, configurações do mesmo, adequadas ou inadequadas, segundo o modelo de organização educativa, método de ensino ou clima institucional que se pretenda adotar” (1998, p. 78). Confirmando a citação de Kuhlmann Jr., a creche pública de Curitiba apresentava um espaço pobre e uma pedagogia pobre para atender aos pobres instalados nos conjuntos habitacionais e em ocupações irregulares da cidade.

Como exemplo de organização de espaços, pôde-se coletar em diferentes jornais da cidade imagens da estrutura física de algumas creches, embora os documentos oficiais da PMC não confirmem tais descrições espaciais por escrito, nem tampouco em seu acervo fotográfico.

No quadro a seguir, apresenta-se o número de salas construídas nas creches inauguradas entre 1977 e 1980, de acordo com o número de crianças atendidas:

Nome da creche	Número de Crianças atendidas	Número de salas
Vila Camargo	110	4
Jardim Paranaense	120	4
Vila Hauer	120	4
Xaxim	120	4
Atuba	205	8
Tapajós	225	8
Gramados	130	4
Hortência	130	4

Meia Lua	130	4
Pinheirinho	130	4
Autódromo	75	2
Cajuru	75	2
Estrela	75	2
Jardim Urano	75	2
Vila Formosa	75	2
Barigui	75	2
São Carlos	75	2
Sibisa	75	2
Santa Quitéria	75	2
Vila Pinto (atual Vila Torres)	140	4

Quadro 1 - Número de salas nas creches da prefeitura de Curitiba 1977-1980

Fonte: IPPUC, 1981, p. 5-6.

Verifica-se, neste quadro, que as creches inauguradas entre 1977 e 1979 eram instituições que atendiam a um número maior de crianças. Já as creches inauguradas no ano de 1980 eram unidades que atendiam a menos crianças (75 cada uma). Observa-se que, embora no ano de 1980 tenham sido inauguradas mais creches, elas atendiam a menos crianças, com exceção da creche Vila Pinto, que tinha capacidade para 140 crianças.

Nota-se, também, que as creches com capacidade para 75 crianças só dispunham de duas salas para elas, do que se infere ser alto o número de crianças por sala (em média, 37 por turma). Esse número pode ser considerado elevado tendo em vista o número de babás para cada turma: apenas duas.

De acordo com o número de salas pensado para o atendimento em creches, também se verifica que a divisão por faixa etária, anteriormente mostrada, é seguida nas edificações, ou seja, em nenhuma das que foram estudadas o espaço é diferenciado pela faixa etária das crianças.

Com relação à metragem das unidades, notam-se diferenças entre o tamanho dos terrenos (grandes, em sua maioria), o da metragem construída, assim como nas metragens de cada uma, conforme quadro abaixo:

Nome da creche	Área total	Área construída	Área livre
Vila Camargo	Não consta	418,25 m ²	Não consta
Jardim Paranaense	1.125,90 m ²	455,00 m ²	670,92 m ²
Vila Hauer	1.370,00 m ²	Não consta	Não consta
Xaxim	1.294,60 m ²	393,89 m ²	900,67 m ²
Atuba	3.030,00 m ²	932,88 m ²	2.097,10 m ²
Tapajós	1.879,6 m ²	363,12 m ²	1.516,40 m ²
Gramados	2.982,00 m ²	567,69 m ²	2.414,30 m ²
Hortênci	1.325,00 m ²	475,00 m ²	850,00 m ²
Meia Lua	3.220,00 m ²	418,00 m ²	2802,00 m ²
Pinheirinho	1.879,60 m ²	363,12 m ²	1.516,4 m ²
Autódromo	Não consta	Não consta	Não consta
Cajuru	676,50 m ²	Não consta	Não consta
Estrela	3.144,50 m ²	382,60 m ²	2761,90 m ²
Jardim Urano	1.520,80 m ²	215,48 m ²	1.305,30 m ²
Vila Formosa	1.036,90 m ²	192,41 m ²	844,50 m ²
Barigui	1.249,40 m ²	220,82 m ²	1.028,6 m ²
São Carlos	1.412,20 m ²	494,46 m ²	917,76 m ²
Sibisa	Não consta	Não consta	Não consta
Santa Quitéria	1.279,60 m ²	539,92 m ²	739,68 m ²
Vila Pinto (atual Vila Torres)	1.570,00 m ²	483,05 m ²	1087,00 m ²
Fazendinha	693,62 m ²	161,20 m ²	532,42 m ²
Uberaba	676,50 m ²	Não consta	Não consta
Tia Eva	1.471,60 m ²	494,46 m ²	977,09 m ²
Santa Amélia	1.789,70 m ²	579,27 m ²	910,43 m ²
Palmeiras	2.102,60 m ²	510,29 m ²	1.592,30 m ²
Moradias Belém	5.840,00 m ²	586,72 m ²	2.601,10 m ²
Tiradentes	1.849,00 m ²	160,00 m ²	1.689,00 m ²
Santa Helena	1.083,00 m ²	278,88 m ²	804,12 m ²
Liberdade	2.963,00 m ²	550,18 m ²	2.412,80 m ²
União das Vilas	3.509,80 m ²	615,50 m ²	2.894,30 m ²
Coqueiros	2.009,60 m ²	482,29 m ²	1.527,30 m ²
Vila Vitória	2.255,30 m ²	482,29 m ²	1.773,00 m ²
Eucaliptos	2.000,00 m ²	482,29 m ²	1.517,7 m ²
Itamarati	2.208,00 m ²	482,29 m ²	1.725,70 m ²
Jardim Esmeralda	2.047,60 m ²	482,29 m ²	1.565,30 m ²
Rio Negro	1.712,1 m ²	482,29 m ²	1.229,80 m ²
Olga Benário Prestes	1.647,00 m ²	482,29 m ²	1.165,00 m ²
Jardim Paraná	2.730 m ²	298,93 m ²	2431,10 m ²

Quadro 2 - Área total das creches construídas – Espaço interno e externo

FONTE: IPPUC, 1998, P. 1-36.

Verifica-se, no quadro, que o espaço externo da maioria das creches da PMC, como mencionado anteriormente, pode ser considerado grande (de 600 a 2.900 m²). Neste sentido, a PMC poderia ter-se preocupado em prescrever mais opções de mobiliário externo para ocupar este espaço, o que não se verifica na prescrição feita pelo poder

público municipal para a área livre de que as creches dispunham: “Caixa de areia, arborização, trepa-trepa, escorregador, balanços, pneus e bancos” (IPPUC, 1979b, s. p.).

O espaço externo da creche, é o que se pode aferir, não recebeu atenção especial dos projetos arquitetônicos; observa-se, no entanto, que no documento do Ministério da Saúde de 1972 (Creches: instruções para instalação e funcionamento), já havia a indicativa da preocupação com o espaço externo e verde:

[...] o espaço verde é indispensável numa creche. Neste espaço deverão ser instalados brinquedos, como: balanços, pequenas escorregadeiras, caixotes e bancos transportáveis, poços de areia e de água, brinquedos para empurrar e puxar, velocípedes pequenos, carrinhos, etc. (BRASIL, 1972, p. 22 e 76).

Comparando o que prescrevia o Ministério da Saúde com o que foi havia sido disposto nas creches de Curitiba, estes espaços externos estavam pouco mobiliados e continham escassas opções de brinquedo para as crianças.

Já no que diz respeito à área construída, há uma variedade de metragens, o que corrobora a ideia, mencionada anteriormente, a respeito das diferenças arquitetônicas. Levando em consideração apenas a metragem igual, verifica-se (Quadro 2) que havia neste período sete creches que contavam com área construída de 482,29 m², três delas erguidas na gestão de Maurício Fruet; as demais, inauguradas na gestão de Roberto Requião. Há ainda, dois projetos com a mesma metragem de área construída (494,46 m²), levantadas na gestão de Jaime Lerner. As demais creches possuem metragens diferenciadas.

Pode-se então concluir que as creches, em sua maioria, tinham projetos arquitetônicos diferenciados, tendo em vista o tamanho do terreno e população que morava no entorno da construção.

O mobiliário das creches

A questão do mobiliário escolar também é um elemento interessante para análise, por possibilitar uma ideia do atendimento oferecido às crianças. Em livros de referência

da época estudada a propósito do mobiliário destinado à faixa etária delimitada, pode-se observar a seguinte indicação:

No que diz respeito ao mobiliário, este deve estar de acordo com a função e com as características físicas da criança, tendo-se em conta a sua estrutura, a sua capacidade de mobilização e a pouca facilidade que a criança tem de se defender, por si, dos acidentes (GRANGER, 1976, p. 93).

Observando tais indicações, faz-se pertinente analisar a lista dos móveis indicados para cada faixa etária, utilizados nas creches de Curitiba, de acordo com o documento *Unidades de atendimento infantil: algumas alternativas*:

Para a sala de atendimento a crianças de 3 meses a 1 ½ anos:
15 berços, 1 armário e 1 cabideiro.

Para a sala de atendimento a crianças de 1 ½ a 3 anos:
30 bancos polivalentes, 1 cabideiro, 10 colchões, 1 armário, 2 lavabos e 1 quadro de giz.

Para a sala de atendimento a crianças de 3 a 4 ½ anos:
50 bancos polivalentes, 1 espelho, 1 cabideiro, 20 colchões, 1 armário, 2 lavabos e 1 quadro de giz.

Para a sala de atendimento a crianças de 4 ½ a 6 anos:
40 bancos polivalentes, 1 mesa para marcenaria, 1 cabideiro, 20 colchões, 1 armário, 1 espelho, 2 lavabos e 1 quadro de giz.

Para a área livre:
Caixa de areia, arborização, trepa-trepa, escorregador, balanços, pneus e bancos (IPPUC, 1979b, s. p.).

Questões peculiares podem ser levantadas a partir dessa lista, como: Quanto menor a criança, menor o número de móveis necessários? Qual a importância de um cabideiro na sala? O que ele representa? Por que a sala que atende a crianças de quatro e meio a seis anos é a que recebeu mais mobiliário? Souza (1998), referindo-se às instituições educativas, afirma que “o mobiliário escolar revela determinados hábitos e costumes sociais que se quer instituir e disseminar entre os alunos” (p. 143).

Dessa forma, o tipo de mobiliário selecionado para as creches de Curitiba ajuda a compor o perfil da clientela nelas atendida e também revela que posturas e atitudes a PMC estava preocupada em reforçar nas crianças que as frequentavam.

A questão que aqui tratamos é pouco mencionada nas propostas. Os documentos consultados não mencionam que móveis e em que quantidade foram adquiridos para as instituições. Essa temática parece não ter sido considerada pela PMC no real valor que

apresenta, ou então reforça a ideia expressa por Kuhlmann Jr. de que, numa instituição destinada a crianças carentes não haveria interesse e cuidado na escolha do mobiliário, oferecendo-se apenas o mínimo para que permanecessem na instituição durante todo o dia (período integral).

Para a verificação de tipo e quantidade de mobiliário previsto para essas unidades, visitou-se o Setor de Patrimônio da PMC, constatando-se, porém, não guardar este setor nenhum acervo desses bens. Foram encontrados no arquivo apenas dados a partir do ano de 1985, o que impediu que se comprovasse o que de fato havia sido comprado para uso das creches.

De acordo com a listagem de mobiliário apresentada anteriormente, notam-se semelhanças com a listagem proposta no *Guia para montagem e funcionamento de uma creche*: “[...] berços ou camas individuais, colchões para repouso, mesas e cadeiras, mesas e cadeiras para os adultos, bancadas para as trocas de bebês, armários, cabides, espelho e bancos” (GRANGER, 1976, p.96).

Tal comparação é oportuna pelo fato de a PMC estar em consonância com aquilo que, de um modo geral, se pensava para crianças de zero a seis anos quanto ao mobiliário utilizado em creches no período estudado.

No entanto, tal afirmação é contrária quando se compara a listagem com as indicações do Ministério da Saúde relativamente às construções de creches. Neste documento, figura a seguinte listagem de móveis e equipamentos:

Para as crianças de 3 meses a 1 ano: mesas para troca, armário individual para a guarda de roupas das crianças, armário para roupas e fraldas, cabides para toalhas, banheiras, berços, cadeira, prateleira com brinquedos plástico e/ou borracha, objetos de contextura variada, móveis variados, cadeiras para alimentação, caixa de música com brinquedos sonoros, prateleiras baixas com brinquedos apropriados a idade. Para as crianças de 1 a 2 anos: bancada para trocas, armário individual para a guarda de roupas das crianças, armário para roupas e fraldas, cabides para toalhas, mesinhas, cadeirinhas, livros de pano e papelão, prateleiras baixas para brinquedos, blocos grandes e leves, armário para guarda de brinquedos de recreação, quadro de giz para a criança rabiscar, carrinhos de madeira, utensílios de cozinha em tamanho miniatura para recreação e caminhas. Para crianças de 2 a 3 anos: bancada para trocas, armário individual para a guarda de roupas das crianças, armário para roupas e fraldas, mesinhas, cadeirinhas, caixote

para guardar brinquedos, livros de pano e papelão, murais, quadro de giz para a criança rabiscar e caminhas (BRASIL, 1972, p. 73-75).

Observando as recomendações do Ministério da Saúde de 1972, verifica-se que a PMC não as seguiu. Nota-se variedade nos materiais selecionados pelo Ministério da Saúde, o que não ocorre nos da PMC. Outro ponto relevante é o aparecimento dos brinquedos no documento do Ministério da Saúde, o que também não é encontrado no da PMC.

A escolha do mobiliário para creches feita pela PMC revela eventual desconhecimento do documento do Ministério da Saúde, ou então sua não-observância na construção e estruturação das creches.

No período estudado (década de 1970 e 1980), as instruções do Ministério da Saúde deveriam ser consideradas na instalação das creches nos municípios, pois, por meio do Decreto nº 2.024, de 17 fev. 1940, foi criado o Departamento Nacional da Criança (DNCr), vinculado ao ministério, com o objetivo de coordenar as atividades nacionais relativas à proteção da infância, da maternidade e da adolescência.

Segundo Vieira, “[...] no DNCr predominava o projeto higienista, as creches eram defendidas como elemento capaz de combater eficazmente o comércio da criadeira [...]”. (1988, p. 4).

Já no ano de 1970, foi criada a Coordenação de Proteção Materno-Infantil pelo Decreto nº 66/623, que substituiu o Departamento Nacional da Criança, responsabilizado, segundo Vieira (1986, p. 54):

[...] pela implantação de medidas de proteção materno-infantil, tendo como principais objetivos a assistência à gestante, à nutriz e aos lactantes; proteção à criança em idade pré-escolar e proteção à criança em idade escolar.

Comparando a documentação produzida por esta coordenação com a da PMC, verifica-se que o brinquedo e a brincadeira não são visualizados no mobiliário destinado à parte interna das salas das creches da PMC. Apenas um objeto poderia denotar um aspecto lúdico – o espelho – que, dependendo do uso que recebesse por parte do educador, poderia ser utilizado como base para o jogo do faz-de-conta. Contudo, não se

pode afirmar que este tipo de jogo fosse realizado em sala, uma vez que não há registro das ações desenvolvidas nestas instituições.⁴

Dessa forma, os móveis planejados para compor o espaço das instituições de atendimento à criança de zero a seis anos representam a visão de criança presente no discurso e nas atitudes do poder público. Assim, como Kuhlmann Jr. aborda, este tipo de proposição pode ser classificado como “barato”, reforçando a concepção educacional assistencialista para crianças e famílias pobres:

O assistencialismo das instituições da educação infantil é uma concepção educacional, é uma proposta de uma pedagogia. Eu chamo de pedagogia da submissão, pois é uma pedagogia que justamente foi concebida nessa virada do século XIX, início do século XX, no sentido que diz que o pobre não precisa de muita coisa. Para ele basta uma educação barata. Inclusive, se ele tiver uma educação de melhor qualidade isso poderia apresentar uma ameaça. Encontra-se em discursos do início do século XX afirmações claras, que duram muito tempo (2007a, p. 4).

Corroborando as ideias apresentadas por Kuhlmann Jr., avalia-se, de acordo com as fontes consultadas sobre os tipos de móveis oferecidos para o uso das crianças nas creches, que a proposta de creches da PMC se apoiava no assistencialismo enquanto proposta pedagógica, destinando-se, portanto, a uma população que precisava da assistência do Estado e que este o fazia de forma econômica, com poucas possibilidades e diversidades de mobiliário.

Esta perspectiva “barata” de educação pôde ser constatada em entrevista⁵ realizada com Anildo Lisboa, que frequentou a Creche Gramados, no ano da sua

⁴ Vale ressaltar que a PMC não dispõe de um acervo específico sobre a educação de crianças pequenas na cidade. Há a guarda de diferentes documentos referentes à faixa etária de zero a seis anos em variados arquivos, tais como: Departamento de Arquivo Público do Estado do Paraná; Acervo Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná; Arquivo Geral da Secretaria Municipal de Educação; Arquivo da Fundação de Assistência Social; Biblioteca do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba e Casa da Memória de Curitiba. Falta, no entanto, qualquer preocupação institucional em organizar a história deste atendimento na cidade. Atualmente, a Secretaria Municipal de Educação de Curitiba desenvolve um projeto intitulado *Memórias*, a fim de organizar a história do atendimento educacional da cidade, mas tal projeto não contempla a faixa etária que interessa ao nosso estudo, tratando apenas do Ensino Fundamental (de 7 a 14 anos – período obrigatório, segundo LDB 9394/1996). Para consulta a tal projeto, sugere-se o site: www.cidadedoconhecimento.org.br

⁵ Entrevista concedida no dia 16/11/2007. Embora não gravada, o entrevistado autorizou a divulgação de seu nome na pesquisa. Anildo Lisboa atualmente tem quarenta anos de idade e um filho de dez anos, que também frequentou a creche Gramados.

inauguração, 1979, época em que tinha seis anos de idade. Ele relatou uma brincadeira realizada com os amigos com um dos itens que compunham a mobília das creches – o colchão:

Tinha um pé direito, a gente subia no telhado. Tinha um dia que eles colocavam os colchões do berçário para secar e a gente pulava do telhado nos colchões. As tias, daí pegavam e deixavam a gente de castigo na sala que guardava material, deixava pouco, só pra assustar... (LISBOA, 2007).

No relato, verifica-se que a criança subverte um objeto de uso corriqueiro em um objeto para brincadeira e o utiliza para diferentes funções. Vale ressaltar que a intervenção do adulto, frente à brincadeira que poderia levar perigo aos pequenos, é tomada com efeito punitivo e não preventivo. Isto nos leva a perguntar: por que isso ocorria? Havia muitas crianças? Poucas educadoras?

Outro exemplo, ainda, de utilização do mobiliário da creche com finalidade de brincadeira é relatado pelo mesmo entrevistado: “[...] tinha uns armários grandes no fundo da sala [...] a gente guardava as bolsas lá [...] daí a gente subia, entrava e saía dos armários [...] era divertido [...]” (LISBOA, A., 2007). Ora, se não havia brinquedos na sala, como as fontes consultadas denunciam, as próprias crianças, dentro de seu repertório infantil, utilizavam o próprio mobiliário como suporte para a brincadeira.

Vale ressaltar que a PMC indicou mobiliário específico para o espaço de brincadeira na área externa da instituição (caixa de areia, arborização, trepa-trepa, escorregador, balanços, pneus⁶ e bancos). Tais objetos denotam o local de brincar e evidenciam que brincar seria uma atividade coletiva, e, num dos casos, usando material alternativo (pneus).

Anildo Lisboa também recordou suas imagens sobre o parquinho e os momentos de brincadeira na creche:

Tinha parquinho [...] o parquinho era a diversão da gente. Ficava todo mundo no parquinho [...] tinha balanço, gangorra, tinha uma horta num canto, a gente trabalhava, vinha um homem da prefeitura de azul, que vinha ajudar, a gente

⁶Os pneus eram utilizados pra formar circuitos, nos quais as crianças deveriam passar, a fim de desenvolver coordenação motora global e fina. A disposição variava de acordo com a organização da própria instituição.

colhia cenoura, cheirinho verde [...] os brinquedos que tinham era bola, roda, pega-pega. As tias participavam junto quando era roda. Tinha aquela do lenço atrás... (LISBOA, A., 2007).

Nessa memória sobre o parque da creche, verifica-se que havia objetos destinados à brincadeira, mas também havia um espaço de trabalho (a horta), que, na memória do entrevistado, veio junto com a brincadeira. Nesse sentido, reforça-se a ideia: a criança recria e reelabora a função inicial de determinado objeto ou atividade.

Pode-se, por isso, supor que a horta também fosse considerada uma atividade lúdica pelas crianças. A memória de Anildo reafirma a falta de brinquedos na creche, pois nas brincadeiras mencionadas há apenas um brinquedo industrializado – a bola. As demais que ele relembra não necessitavam de materiais, apenas da disposição das crianças e de repertório.

Vale ressaltar a passagem da entrevista na qual ele afirma: “[...] as tias brincavam quando era roda”. A participação do adulto neste tipo de brincadeira supõe-se que ocorresse em função da necessidade de uma prévia organização para que acontecessem, o que requeria a intervenção de um adulto; em contrapartida, esta participação não é lembrada em outras brincadeiras.

Em outra entrevista,⁷ Leonilda Lisboa - com quatro anos de idade quando frequentou a creche Gramados no ano da sua inauguração, em 1979 -, recordou-se do espaço da brincadeira na creche:

Ficava mais tempo no pátio do que na sala. Brincava de menina pega piá e piá pega menina. As tias ficavam olhando a gente brincar. Tinha boneca; elas faziam pé-de-lata pra gente brincar [...] nós desenhávamos e pintávamos no muro. Com o tempo ia apagando [...] (LISBOA, L., 2007).

Nesse breve relato, observa-se uma questão importante: a confecção de brinquedos feita pelas educadoras dentro das instituições. Neste caso, pode-se inferir que tal confecção se devia às capacitações que as educadoras recebiam da própria PMC.

⁷ Entrevista concedida no dia 16/11/2007, mas não gravada. A entrevistada autorizou a divulgação de seu nome na pesquisa. Leonilda Lisboa, atualmente tem 38 anos e sua filha, agora com 12 anos, também já frequentou a Creche Gramados.

Estas capacitações faziam parte do projeto *Treinamento de Agentes Multiplicadores*, em parceria entre a PMC e a Fundação Cultural de Curitiba (FCC) que, segundo o *Jornal do Estado*, pretendia:

[...] treinar diversas pessoas que atendem às crianças nas creches, principalmente babás e recreacionistas. O curso proporcionará treinamento nas áreas de recreação, artesanato, artes plásticas e teatro de bonecos [...]. Por trás dos temas ministrados nesses cursos, está a intenção de oferecer meios que permitam às crianças liberar sua fantasia e seu espírito crítico, além de estimular a comunicação e expressão com a realidade social e incentivar a participação organizada (JORNAL DO ESTADO, 9 jul. 1985).

Os cursos poderiam contribuir com os educadores para atuar nas creches junto às crianças. De acordo com as áreas de capacitação eleitas – recreação, artesanato, artes plásticas e teatro de bonecos -, observa-se uma preocupação com vivências ligadas à faixa etária de zero a seis anos. Verifica-se também, de acordo com o relato do jornal, que estes cursos vislumbravam uma ação mais específica da criança, que, por meio dessas atividades, poderia “liberar sua fantasia e seu espírito crítico”.

Com relação às memórias infantis trazidas na entrevista, outro ponto relevante do relato de Leonilda Lisboa é quando ela menciona que “ficavam mais tempo fora do que dentro das salas”. Esta afirmação pode ser considerada positiva, já que o espaço da sala era limitado para as crianças; estar fora poderia oferecer mais possibilidades para atividades e brincadeiras.

A atividade de pintura e desenho nos muros da instituição, possivelmente dirigida por adultos, lembrada pela entrevistada, pode ser considerada relevante para o desenvolvimento motor e estético das crianças. Portanto, observa-se, de forma global, nas entrevistas realizadas pelos depoentes, que havia sim uma perspectiva educacional nas creches de Curitiba.

Apesar da ausência de um registro oficial das atividades nelas desenvolvidas no período estudado, as fontes consultadas revelam a existência de uma proposta, de objetivos e atividades pensados para as crianças que frequentavam estas instituições.

Abaixo, uma imagem de atividade realizada numa das creches da PMC neste período:



Fotografia 4 - Crianças brincando no espaço externo de uma creche⁸ da prefeitura de Curitiba

Fonte: IPPUC, 1992, p. 4.

Na imagem, crianças de diferentes idades brincam juntas sob o acompanhamento de um adulto, possivelmente a educadora, que, por sua vez, também aparece com o mesmo material utilizado pelas crianças no momento da brincadeira.

No espaço há uma área calçada e outra com grama ou terra. A imagem também indica que o espaço é relativamente grande para este grupo de crianças que participa desta provável brincadeira.

Abaixo, outra imagem que representa o espaço da brincadeira nas creches da cidade.

⁸ Nos poucos registros arquivados pelo IPPUC das atividades realizadas nas creches, não há indicação de qual seja a unidade registrada.



Fotografia 5 - Crianças brincando no parque externo de uma creche da prefeitura de Curitiba

Fonte: IPPUC, 1992, p.4.

Já nessa imagem do parque, observa-se que há brinquedos e móveis (bancos) feitos, pelo que aparentam, de madeira, localizados, provavelmente, em um tanque de areia. As crianças parece que posaram para a fotografia, visto que todas olham para a câmera.

Na figura, há crianças de diferentes idades, até mesmo de colo, o que diferencia este ambiente dos ambientes escolares, nos quais as atividades na área externa, e/ou no parque, eram feitas em grupos de crianças de mesma faixa etária.

Também se verifica que fora da sala se rompe com as faixas etárias delimitadas para as creches em Curitiba, observada provavelmente em sala, mas misturadas no espaço externo.

Tal registro fotográfico apresenta um ponto que pode ser considerado positivo: a presença de educadoras segurando no colo algumas dessas crianças, pois demonstra o contato físico entre educadores e crianças, mesmo que ocasional.

Abaixo, pelo que a imagem mostra, a sala seria destinada ao atendimento de crianças da faixa etária de três meses a um ano e meio, considerando a presença de berços no ambiente e também da amamentação:



Fotografia 6 - Sala do berçário de uma creche da prefeitura de Curitiba

Fonte: Jornal Expresso, nº 6 fev.1980.

Visualiza-se, na fotografia acima, um adulto (educador ou mãe de criança) amamentando uma das crianças. Veem-se berços amontoados num dos cantos da sala e algumas crianças dentro deles. O que chama atenção é o bebê que chora, no berço ao fundo. Quanto a isso, vale indagar: como o adulto chegava a ele? Qual seria o tempo da espera para que as outras crianças também fossem alimentadas?

Na organização da sala, notam-se móveis pendentes do teto. Atrás da educadora, ou mãe, há uma bancada, utilizada, com alguma probabilidade, para fazer as trocas das crianças. A disposição do armário na sala pode ser questionada, tendo em vista que o acesso a ele é impossível com a presença dos berços à sua frente. Esta imagem sugere um espaço de organização pouco funcional e que não parece haver sido pensada para atender às necessidades das crianças.

Sabe-se que a organização do mobiliário no espaço da instituição é determinante no que diz respeito ao desenvolvimento do processo educativo nas creches. Nessa perspectiva, vale indagar acerca da utilidade deste espaço, tendo em vista a disposição dos equipamentos. Pode-se considerar que, em função das possibilidades de utilização e disposição destes móveis, as proposições de atividades eram precárias.

Diferentemente do que se oferecia em termos de mobiliário nas creches pela PMC, em nível nacional já eram publicados materiais referentes à sua importância na educação pré-escolar. No ano de 1979, o MEC publicou o documento *Mobiliário escolar e pré-escolar*, com diretrizes para sua aquisição pelas pré-escolas no Brasil, uma vez que era considerado pelo MEC importante para o desenvolvimento das atividades com as crianças:

A educação pré-escolar propõe-se a oferecer às crianças condições necessárias a seu desenvolvimento, de acordo com sua idade e potencialidades, com vistas ao seu bem-estar físico, social e emocional. Assim sendo, o espaço físico destinado à educação pré-escolar deve estar dotado não só de condições arquitetônicas adequadas, mas também de instalações, equipamentos e mobiliários projetados de forma tal que a criança sinta bem-estar ao desenvolver as atividades individuais ou de grupo (BRASIL, 1979, p. 13).

Aparentemente, a PMC pouca importância atribuiu ao documento, pois o tema do mobiliário é pouco tratado nos documentos consultados e nas informações obtidas, como também é pouca a preocupação com esta questão nas instalações das creches.

Um material contemplado na prescrição da prefeitura, o quadro de giz, proposto para as salas que atendiam crianças de quatro e meio a seis anos, pode indicar um processo de escolarização ao qual a infância seria submetida nestas instituições.

Tal processo pode representar a preocupação com a prevenção do fracasso escolar⁹ em função da falta de preparo das famílias para auxiliar os seus filhos antes de frequentarem o ensino primário. Assim sendo, o poder público, por meio do atendimento

⁹ Sobre este assunto, consultar: PATTO, M. H. S. A Criança Marginalizada para os Piagetianos Brasileiros. In: *Cadernos de Pesquisa*, p. 3-11, 1984. _____. O fracasso escolar como objeto de estudo: anotações sobre as características de um discurso. In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, 1988. p. 72-77. _____. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. _____. *Privação cultural e educação compensatória pré-primária*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

às crianças de zero a seis anos em creches, pretendia amenizar este fracasso das crianças das camadas populares, com o processo de escolarização na infância.

Kramer faz referência à definição de uma educação compensatória para a faixa etária de zero a seis anos relativamente à desqualificação da família e a um projeto salvacionista destas crianças menos favorecidas na educação do 1º Grau. Ela aponta:

A atual proposta da política educacional brasileira em relação às crianças de 0 a 6 anos encara e defende a educação pré-escolar como compensatória, atribuindo-lhe verdadeira função terapêutica para as "carências culturais" das crianças provenientes das classes sociais dominadas. Assim compreendida, a educação compensatória deveria corrigir as supostas defasagens, que provocariam o fracasso das crianças (1982, p. 54).

Este modelo de educação compensatória já recebia críticas no início da década de 1980. Ferrari e Gaspar (1980), em seu artigo *Distribuição de oportunidades de educação ao pré-escolar no Brasil*, criticam a utilização desse modelo no Brasil; eles defendem que somente a universalização do ensino pré-escolar corrigiria as desigualdades de acesso a este nível de ensino.

Concluindo: os espaços destinados ao atendimento às crianças de zero a seis anos em creches de Curitiba, assim como o mobiliário destinado a elas, foram importantes para a reconstrução dos elementos, algumas vezes considerados educativos e outras não, empregados na construção e no atendimento prestado pelas creches públicas.

A análise dos espaços e mobiliários permitiu também que a materialidade destas instituições viesse à tona, pois, como indica Vidal e Gaspar da Silva, "[...] as formas de apropriação dessa materialidade, de memorização do passado e de construção de laços afetivos entre os sujeitos e o mundo físico" (2010, p. 43) demonstram a forma do atendimento oferecido às crianças nas creches de Curitiba.

Referências

ALVES, N. *O espaço escolar e suas marcas – o espaço como dimensão material do currículo*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

AUGUSTO, M. *Comunidade infantil: creche*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S. A., 1985.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. *Leis de Diretrizes e Bases da Educação*. Lei nº. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1997.

BUFFA, E.; PINTO, G. A. *Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893 – 1971*. São Carlos: Brasília: EDUFSCAR, IEP, 2002.

FERRARI, A. R.; GASPARY, L. B. V. Distribuição de oportunidades de educação ao pré-escolar no Brasil. In: *Educação e Sociedade*, a. 2, n. 5, jan. 1980. p. 62-79.

GRANGER, M. J. *Guia para montagem e funcionamento de uma creche*. Lisboa: Moraes Editores, 1976.

KRAMER, S. Privação cultural e educação compensatória: uma análise crítica. In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 42, ago. 1982. p. 54-62.

KUHLMANN JUNIOR, M. Menos assistencialismo, mais pedagogia. In: *Difusão de Ideias*. Fundação Carlos Chagas, mai. 2007a. p. 1-8.

_____. Educação infantil: segmento que deve ser valorizado. In: *Difusão de Ideias*. Fundação Carlos Chagas, out. 2007b. p. 1-5.

LIMA, M. S. *A cidade e a criança*. São Paulo: Nobel, 1989.

_____. *Arquitetura e educação*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

PATTO, M. H. S. A Criança Marginalizada para os piagetianos brasileiros. In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, 1984. p. 3-11.

_____. *A produção do fracasso escolar*. Histórias de submissão e rebeldia. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

_____. O fracasso escolar como objeto de estudo: anotações sobre as características de um discurso. In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, 1988. p. 72-77.

_____. *Privação cultural e educação compensatória pré-primária*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

SOUZA, Gizele de. *Instrução, o talher para o banquete da civilização: cultura escolar dos jardins-de-infância e grupos escolares no Paraná, 1900-1929*. 2004. Tese (Doutorado). Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade - PUC/SP -. São Paulo.

PERES, Eliane e SOUZA, Gizele de. Aspectos teórico-metodológicos da pesquisa sobre cultura material escolar (im)possibilidades de investigação. In: CASTRO, C. A. *Cultura material escolar: a escola e seus artefatos* (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925). São Luiz: EDUFMA & Café&Lápis, 2011. p. 43-68.

VIDAL, D. G.; GASPAR da SILVA, V. L.. Por uma história sensorial da escola e da escolarização. In: *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 11, n. 2, jul./dez., 2010. p. 29-45.

VIEIRA, L. M. F. *Creches no Brasil: de mal necessário a lugar de compensar carências rumo à construção de um projeto educativo*. Belo Horizonte, 1986. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte.

_____. Mal necessário: creches no Departamento Nacional da Criança (1940-1970). In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 67, nov. 1988. p. 3-16.

VIÑAO FRAGO, A. Del espacio escolar y la escuela como lugar: propuestas y cuestiones. In: *História de la Educación*, v. 12-13, 1993/1994. p. 17-74.

_____. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: VIÑAO FRAGO, A.; ESCOLANO, A. B. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Tradução de Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998, p. 59-139.

_____. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTTA, M. L. A. (Org.). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 15-47.

Fontes de pesquisa

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Mobiliário escolar e pré-escolar*. Rio de Janeiro: MEC, 1979.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência Médica. Coordenação de Proteção Materno Infantil. *Creches: instruções para instalação e funcionamento*. Rio de Janeiro: CPMI, 1972.

INSTITUTO de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. *Cadastro de equipamentos urbanos – creches municipais*. Curitiba, 1998.

_____. *Política habitacional de interesse social – plano de desfavelamento*. Curitiba: PMC, 1976b.

_____. *Aspectos sociais do plano de desfavelamento de Curitiba*. Curitiba: Departamento do Bem Estar Social, Diretoria do Serviço Social, ago/1978.

_____. *Unidades de atendimento infantil: algumas alternativas*. Curitiba: Departamento de Desenvolvimento Social, ago/1979b.

_____. *Proposta de expansão do programa de atendimento infantil para Curitiba*. Curitiba: Departamento de Desenvolvimento Social, 1981.

_____. *Creches em Curitiba: espaço de educação*. Curitiba: Secretaria Municipal da Criança, 1992

Divisão do patrimônio dos bens móveis e imóveis da Prefeitura Municipal de Curitiba

Notas de empenho

104.414.404-2/85 – ordin.

104.414.613-4/85 – ordin.

104.414.615-1/85 – ordin.

104.414.617-9/85 – ordin.

104.414.934-3/85 – ordin.

104.414.935-7/85 – ordin.

104.414.936-0/85 – ordin.

104.414.938-8/85 – ordin.

Jornais

ESTADO do Paraná, 10 mai. 1983.

EXPRESSO. Boletim de Informações da Cidade de Curitiba n. 6 fev. 1980 e n. 7 mar. 1980.

JORNAL do Estado, 9 jul. 1985.

TRIBUNA do Paraná, 10 jun. 1981

Fontes de pesquisa orais

LISBOA , A. *Entrevista concedida a Elisângela largas luzviak Mantagute*. Curitiba, 16 nov. 2007.

LISBOA , L. *Entrevista concedida a Elisângela largas luzviak Mantagute*. Curitiba, 16 nov. 2007.

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE
Revista Linhas
Volume 14 - Número 26 - Ano 2013
revistalinhas@gmail.com

Recebido em: 15/11/2012
Aprovado em: 03/03/2013